

O ENSINO DE SOCIOLOGIA, CURRÍCULO E INTENCIONALIDADE EDUCATIVAS: HÁ ORIENTAÇÕES PRAXIOLÓGICAS EMANCIPATÓRIAS NA BNCC?

Celeste Silvia Vuap Mmende¹
Cristiano das Neves Bodart (orientador)²

RESUMO

Este trabalho, considerando o ensino de Sociologia escolar, visa analisar os objetivos educacionais presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino médio à luz de uma proposta educativa que se volte à dimensão educacional “político-cultural” e tenha uma intenção educativa “prático-emancipatório”. Para isso, adota-se a perspectiva das dimensões intencionais de ensino desenvolvidas inicialmente por Castanho e Castanho (1996) e Castanho (2006), e retomada por Bodart (2020) para pensar o ensino de Sociologia; abordagem que considera as dimensões ontológicas do homem e da mulher e que visa uma educação praxiológica emancipatória. Trata-se de uma análise das potencialidades e limitações do principal documento que orienta a produção dos currículos estaduais brasileiros. Foi observado, em síntese, que a BNCC traz poucas competências que orientem a produção de um currículo voltado a uma educação praxiológica de dimensão político-cultural, importante para a emancipação; o que pode ter impactos negativos para a qualificação do ensino de Sociologia.

Palavras-chave: Currículo. BNCC. Intencionalidades educativas. Ensino de Sociologia

TEMA/ RELEVÂNCIA/JUSTIFICATIVA

A Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017), visou determinar a reforma curricular do ensino médio brasileiro, o que se concretizará na elaboração dos currículos nos estados da federação. Para tanto, foi aprovada, em 17 de dezembro de 2018, a Base Nacional Comum Curricular para o ensino médio (BNCC/EM) que traz as orientações para tal reforma, bem como os objetivos educacionais, expressos no que o documento denomina de competências. Tal documento caracteriza-se como a principal diretriz para a elaboração dos currículos estaduais e, conseqüentemente, influenciando de forma substantiva os rumos do ensino de Sociologia (BODART; FEIJÓ, 2020). Por esse

¹ Universidade Federal de Alagoas - UFAL, mestranda em Sociologia, negra, feminino, cidade de Maceió-Alagoas.

² Orientador - Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Doutor em Sociologia (USP), Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFAL), Professor do Centro de Educação (CEDU-UFAL) Coordenador do Setor de Ensino de Ciências Humanas e Sociais (CEDU-UFAL), branco, masculino, Maceió - Alagoas.

motivo, buscamos examinar se há orientações praxiológicas emancipatórias na BNCC, o que fazemos a partir das contribuições de Castanho e Castanho (1996), Castanho (2006) e dando continuidade às reflexões realizadas por Bodart (2020), sobretudo em se tratando do exame da BNCC à luz de uma proposta educativa que se volte à dimensão educacional “político-cultural” e tenha uma intenção educativa “prático-emancipatório” que contribua para a qualificação do ensino de Sociologia. Nesse sentido, este trabalho envolve os temas “ensino de Sociologia”, “currículo”, “prática docente” e “educação praxiológica emancipatória”. Trata-se de um trabalho com resultados preliminares, sendo parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida no interior do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Colocar esta questão em debate, motiva-se também pelo grande peso que base nacional comum curricular do ensino básica e a relevância do documento na orientação pedagógica do ensino. Como bem disse Libanêo (2016, p. 6), “a educação e o ensino se constituem formas universais e necessárias do desenvolvimento mental, em cujo processo se ligam os fatores socioculturais e as condições internas dos indivíduos”.

Revisar a BNCC é também a forma de debater sobre as dificuldades presente nele, assim pensar no desenvolvimento da capacidade cognitiva, reflexiva e crítica dos alunos. Sendo um documento que direciona toda a educação básica, carece de ser avaliada de forma crítica.

Metodologicamente a pesquisa se caracteriza em relação a sua natureza como básica; em relação aos objetivos, como exploratória; descritiva no que se refere aos procedimentos técnicos – como levantamento, bibliografia e documental – e, em relação à abordagem do problema, como qualitativa. Este artigo está estruturado em duas partes.

Na primeira parte deste artigo apresentamos a abordagem teórica adotada, explorando uma reflexão em torno dos objetivos e intencionalidades educacionais, apontando para a necessidade de uma educação emancipatória, que contribua para capacitar jovens a atuar de forma crítica sobre seu meio social. O foco dar-se sobre o ensino de sociologia que colabore para emancipação dos indivíduos.

A segunda parte volta-se às competências gerais e específica para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas presentes na da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Busca-se compreender se a BNCC é capaz de induzir um ensino de dimensão político-cultural, isto é, um ensino de Sociologia cujos objetivos e intencionalidades educativas visam uma formação emancipatória de jovens. Trata-se de exame da presença de

orientações educativas praxiológicas e, portanto, emancipatórias para o ensino de Sociologia. Mais especificamente foram examinadas, de forma preliminar, as competências gerais e específicas para o ensino das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

OBJETIVOS

O trabalho tem como objetivo apresentar a importância do ensino de sociologia que supere os níveis empírico e racional e que alcance o teórico, onde tudo se relaciona com tudo, sendo assim uma edição que considere a práxis.

APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Objetivos e intenção educacionais e a perspectiva emancipatória da educação

Trabalhamos aqui com os conceitos de “objetivos educacionais” e de “intenções educacionais” como apresentado em Castanho e Castanho (1996, p. 57). Por objetivos educacionais temos “os resultados buscados pela ação educativa” e que “dizem respeito ao produto educacional”. Por intenções educativas como sendo os intentos que estão entre os agentes deflagradores desse processo e os objetivos formulados, estando essa na ponta inicial do processo educativo (CASTANHO; CASTANHO, 1996). Trabalhamos aqui com a noção de educação emancipatória. Para Bodart (2020) uma educação emancipatória deve alcançar uma dimensão político-cultural, que por sua vez, visa

[...] propiciar meios, através da reflexão da ciência na práxis, para uma inserção lúcida na prática social, levando à ação política para eliminar a repressão do aparato estatal e à ação cultural para a denúncia da ideologia da dominação e a formulação da ideologia de libertação (CASTANHO; CASTANHO, 1996, p. 58-59).

Uma intenção educativa “prático-emancipatório” considera dialogicamente teoria e ação transformadora do mundo e de si mesmo, o que remete à práxis. A partir desses conceitos busca-se contribuir para problematizar a prática do ensino de Sociologia que possa superar o nível do ensino de caráter empírico e racional, e, atingir o nível teórico-praxiológico, que leva ao domínio do conhecimento aplicado às suas realidades sociais de forma emancipatória.

Na sua análise sobre dimensões educacionais e intencionalidade educativa, Castanho (2006), aponta três dimensões. A primeira dela trata-se da educação de caráter técnico, neste modelo, o interesse do homem se volta ao trabalho, de submeter mundo natural ao seu controle, colocando-o a serviço da satisfação de suas necessidades. A segunda refere-se a dimensão comunicativa, na qual se localiza o desenvolvimento linguístico que possibilita relação entre as ideias e as pessoas. E por último, a dimensão emancipatória, formada por aspectos educacionais mais amplos; momento no qual há o interesse pela articulação entre conhecimento e a realidade, liberta-se do domínio de todo poder externo a si mesmo, da natureza da sociedade e de ambos introjetados na psique.

A ação instrumental da educação é orientada por regras técnicas derivadas do conhecimento propiciado pelas Ciências Naturais, visando o controle da própria natureza. Ação comunicativa, baseada em normas linguísticas e iluminada pelo conhecimento extraído das ciências histórico-hermenêuticas, busca o consenso. Já ação estratégica fundada na práxis e no conhecimento das determinações sociais permitido pela teoria crítica, visa à emancipação, tanto no âmbito político-cultural, como em todos demais âmbitos (CASTANHA, 2006).

Avançando as categorizações das dimensões pedagógicas apresentadas por Castanha (1996), Bodart (2020) destaca que a dimensão comunicacional precisa ser entendida em duas partes, sendo elas: comunicativa *Input-Output* e dialógica. Como destacou,

Em se tratando de intenção educativa ligada à linguagem (nos níveis empíricos, teóricos e conceituais¹¹), consideramos insuficiente a expressão “consensual” usada por Castanho (2006) e Castanho e Castanho (1996) para designar toda a dimensão comunicacional. A ideia de consenso harbermasiano, embora vise contrapor a ideia de conquista de poder e a imposição de ideias, não nos parece apropriada para pensarmos a educação em sociedade com desigualdades profundas, como o Brasil, onde a comunicação dá-se de forma assimétrica (depositária) e simétrica (democrática). Preferimos considerar que a dimensão comunicacional a partir de duas situações possíveis: uma marcada pela comunicação assimétrica e depositária e outra por práticas simétricas de diálogo democrático (BODART, 2020, p. 143-145).

As definições dessas duas dimensões foram assim apresentadas:

Um intenção comunicativa pode se dar, ao menos, de duas formas: a) uma relação comunicacional do tipo input-output, ou seja, uma prática educativa depositária na qual há um transmissor e um receptor; e b)

dialógica, marcada por uma comunicação democrática em que há um verdadeiro diálogo, na qual estudantes e docentes falam e escutam de forma simétrica (BODART, 2020, 145).

Como destacado pela Castanho (2006), a intencionalidade educacional atinge um patamar emancipatório, quando supera o nível empírico, racional e alcança o nível praxiológico. Para atingir esse patamar de intenção educativa é necessário ter bem desenvolvido a dimensão comunicacional dialógica destacada por Bodart (2020). O currículo e a prática educativa de Sociologia devem ser pensados dentro de uma intencionalidade libertadora. Como afirmou Bodart (2020, p. 150-151), é necessário “ter a consciência de que o ensino de Sociologia deve ter como meta objetivos educacionais e intencionalidade educativas que alcance a dimensão política-cultural é fundamental para a superação das ideias neoliberais”. Mas não só, como destacou, mas também é necessário que a educação “vise a eliminação da repressão do aparato estatal, a denúncia da ideologia da dominação e a formulação da ideologia de libertação” (BODART, 2020, p. 150-151).

No entanto, a prática de ensino deve ser dialógica para ser libertária, capaz de formar indivíduo problematizador, superando o caráter da pedagogia bancária, onde o aluno é passivo e receptor do conhecimento do mestre. Uma educação com caráter emancipatória deve considerar o desenvolvimento de um ensino que garanta o desenvolvimento de todas as dimensões aqui destacadas a fim de alcançar seu último estágio: uma educação praxiológica. Pensar em uma educação política emancipatória, é ir além, é elaborar princípios educacionais como prática libertadora, como elemento de extrema importância para libertação do ser humano das amarras da opressão e da dominação. A libertação se dá através da consciência e da leitura do mundo, e nisso a Sociologia tem uma importante contribuição a ofertar (BODART; FEIJÓ, 2020), inclusive no contexto da BNCC, embora não se limitando a ela. Esta consciência e leitura de mundo se dá em conjunto, de forma dialógica, através do reconhecimento de si e do outro (FREIRE, 2005).

Castanho (2006), ao tratar da intencionalidade do ensino de ensino, no presenteia com detalhes sobre como em cada níveis as intenções educativas se realizam. Para ela, a intencionalidade do ensino pode ocorrer com base nos três níveis, isto é, racional e teórico e empírico:

O nível empírico é o da vida cotidiana, dos acontecimentos, dos dados da experiência. A intenção educativa, ao se expressar nesse nível, busca articular resposta aos desafios do dia a dia. Já o nível racional é aquele em que os dados

estão relacionados entre si pela mediação de conceitos. É um nível mais elevado. Corresponde ao que conhecemos por Ciência. A intenção educativa, quando se expressa nesse nível, visa a soluções mais amplas do que as puras respostas empíricas. A radicalidade reside no nível teórico, aquele em que tudo se relaciona com tudo. A intenção educativa, expressando-se no nível teórico, de globalidade, correspondente a mais ampla visão possível, vai à raiz dos problemas educacionais, já não se contentando com respostas a emergências individuais ou com reformas de caráter institucional, mas postulando mudanças estruturais que visem à libertação do homem diante da opressão/repressão” (CASTANHO, 2007, p.43-44).

Dentre os níveis apresentada pela autora, o nível teórico-prático apresenta a característica de educação emancipação. De acordo com Castanho (2006) e Bodart (2020), o objetivo da educação política-cultural, relaciona direto com ciências humanas, e, visa por meio deste proporcionar meio de uma reflexão da ciência prática, para inserção de forma lúcida no mundo social, e, assim levando ação política para eliminar a repressão e formulação ideologia de libertação. Esta ação será possível se a intencionalidade educativa for emancipatória, que considere dialogicamente teoria e ação transformadora do mundo.

Educação de caráter emancipatória requer adoção de objetivos e intencionalidade educativa que reveste de caráter dialógica, capaz de proporcionar os alunos a visão diferenciadas dos aspectos da realidade social. Uma intenção educativa de caráter dialógica é marcada por comunicação democrático, em que há verdadeiro dialogo, na qual o estudante fala e escuta de forma simétrica, levando-o a compreender, por meio dos conceitos e teorias, os discursos que fundamentam a dominação, que é o ponto de partida para a dimensão política-cultural (BODART, 2020).

A dimensão político-cultural é caracterizada também pela relação entre teoria e ação-práxis. Este aspecto se desenvolve no nível teórico-prático, ou seja, como praxis. Visa um conhecimento de catater natural, histórico hermeneutico, histórico e práxiológico (BODART, 2020).

Neste tipo de ensino é onde os alunos tem a liberdade de questionar os conhecimentos, não só em busca de compreensão do conteúdo, mas também como forma de superar e ir além daquilo que foi exposto pelo professor. De acordo com Lopes (2011), no método do ensino de exposição dialogada, os conhecimentos apresentados pelos professores são questionados e redescobertas pelos alunos, a partir do confronto com a realidade conhecida. Este método valoriza a vivencia do aluno, seu conhecimento concreto e busca relacionar este conhecimento com o assunto a ser estudada. Além disso,

alunos são despertados a observar melhor a realidade a sua volta para estarem atento ao acontecimento fora dos limites de ensino.

Segundo Bodart (2020), para alcançar objetivos dialógicos, é necessário antes atingir objetivos comunicacionais do tipo input-output. Ou seja, não podemos ignorar que existem momentos de escutas e não podemos ignorar o papel da aula expositiva no conjunto de estratégias didáticas. O professor deve ser capaz de promover acesso a elementos que venham dar sustentação a possibilidade de promoção de intencionalidades educativas que visam conduzir os estudantes à dimensão político-cultural, o que demanda conhecimentos teóricos que se vinculem dialeticamente às práticas dos estudantes; é isso que potencializa a ação transformadora para a superação da ideologia da dominação.

É relevante que a intencionalidade educacional possa proporcionar ao ser humano capacidade de reflexão sobre ação social, refletindo sobre os problemas sociais e políticos que afeta a sociedade. Esta ação se torna eficiente na medida em que passa a fazer parte das competências e ser desenvolvido nos alunos. Como disse Almeida (2010) é pensar a educação além de formação do trabalho alienado, isto é, pensar numa educação emancipatória, aquele que possa ajudar o educando na construção da autonomia da sua subjetividade e na formação da sua singularidade. Trata-se de ensinar ao homem um empreendimento verdadeiramente revolucionário a dimensão histórico-social e práxis.

Portanto, a possibilidade de formar a sociedade emancipada conta com a transformação nas diretrizes curriculares da educação, cujo parâmetro de ação é ser humano, e não o mercado. Uma educação humanizada com a possibilidade de dar a esse indivíduo a elemento suficiente para buscar o equilíbrio entre o seu próprio ser e seu ser social. Ajuda na compressão da estrutura social no qual fazemos parte, e, compartilhamos a mesmas questões sociais, que exige a detenção também do conhecimento prático (MESÁRIOS, 2005).

A relação entre a teoria e prática na educação abre os caminhos emancipatórios norteadores para formação de sujeitos, que pensam a sociedade de forma coerente aos preceitos de ser mais, como possibilidade do educador e do educando. A teoria embutida de prática, são condições necessária para formação do sujeito solidário, emancipado e transformadora do mundo. Possuir uma formação emancipadora é a forma de fortalecer o sujeito, propondo desdobramento que qualificam a atuação e intervenção entre ele e outros sujeitos (FORTUNATO, 2015).

As competências gerais e específicas para o ensino das ciências humanas e sociais aplicadas

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tem uma importante função no direcionamento das intencionalidades educacionais, já que visa nortear os objetivos gerais e específico da educação. Por esse motivo precisa de atenção.

Segundo a Lei de diretrizes de Base da educação (1996), o ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV- respeito à liberdade e apreço à tolerância - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - Garantia de padrão de qualidade; X - Valorização da experiência extraescolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 2016, p.25).

De acordo com BNCC, a discussão pedagógica deve ser orientar com base no proposito de desenvolver as competências dos alunos. Levando em consideração a constituição e mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver as demandas complexas da vida cotidiana e do mundo do trabalho. A explicação dessas competências oferece referência para fortalecimentos de ações que asseguram aprendizagens central definida na base nacional comum curricular (BRASIL, 2018).

O ensino dessas competências visa desenvolvimento de diversas habilidades capazes de ampliar o seu ponto de vista sobre as questões sociais, e, sendo capaz de mobilizar o conhecimento aprendido para resolver os problemas. Porém, o que se percebe é que este documento ainda apresenta lacuna quando se trata da formação emancipatória dos alunos, não desenvolver este potencial nos alunos pode resultar em formação de futura sociedade com deficiência, incapacitado para resolver o problema do meio social.

No Quadro 1, apresentamos um esforço de classificar as competências do BNCC segundo as dimensões intencionais dos objetivos educativa presente em Castanho (1996; 2006) e Bodart (2020).

Quadro 1 - Competências gerais do BNCC e as dimensões intencionais presentes em Castanhos (1996;2006) e em Bodart (2020).

Dimensões intencionais predominantes	Competências Gerais do BNCC
Domínio	<p>Competência 1</p> <p>Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.</p>
Domínio	<p>Competência 2</p> <p>Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.</p>
Político- cultural	<p>Competência 3</p> <p>Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.</p>
Comunicativa	<p>Competência 4</p> <p>Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.</p>
Comunicativa	<p>Competência 5</p> <p>Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.</p>
	<p>Competência 6</p>

	Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade
Comunicativa	<p align="center">Competência 7</p> <p>Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.</p>
Político-cultural	<p align="center">Competência 8</p> <p>Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.</p>
Comunicativa	<p align="center">Competência 9</p> <p>Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza</p>
Político-cultural	<p align="center">Competência 10</p> <p>Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Cada uma da competência geral presente no quadro, caracteriza-se por predomínio de um tipo específico de intencionalidade. Nelas podemos perceber a presença dos objetivos educacionais para jovens, e o que se espera que eles desenvolvem ao longo das suas formações intelectual na educação básica.

As competências gerais não só influenciam na formação de competência das grandes áreas, mas também na elaboração dos conteúdos práticos desta disciplina. Neste sentido as competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dialogam com a de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, interferindo na composição das

competências e habilidades delimitado para ser desenvolvido por alunos. Desta forma traz também a visão limitada de formação de jovens emancipados, quanto ao desenvolvimento ontológico de homens e mulheres, que fossem capazes de proporcionar as mudanças. No quadro que se segue, tratamos de mostrar os tópicos que apresenta as dimensões intencionais presente nas competências específicas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas que vai além da prática de ensino empírico e racional, que atinge o nível teórico-praxiológico, o mais alto nível, sendo orientada pela perspectiva política.

Quadro 2- Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e direcionamentos para um currículo que considere práticas de ensino do nível teórico e praxiológico.

Nível intencional do ensino	Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Nível teórico racional	<p style="text-align: center;">Competência 1</p> <p>Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.</p>
Nível racional	<p style="text-align: center;">Competência 4</p> <p>Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.</p>

Nível teórica-praxiológico	Competência 5 Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos
Nível teórica-praxiológico	Competência 6 Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se no quadro 2 apresentada as competências cuja os propósitos do ensino apresentam características do nível de intencionalidade teórico-prático e também racional, onde o aluno pode colocar em prática o que aprende na sua formação, assim como mobilizar as teorias, conceitos e categorias das Ciências Sociais para compreender o mundo social e atuar sobre ele.

Mas de forma geral, as competências gerais de BNCC, assim como específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicada, ainda apresentam a lacuna quanto a formação de emancipatória dos alunos, não sendo predominante em suas intencionalidades pedagógicas. Como bem disse Bodart (2020), a despeito do ensino de Sociologia que atende às competências da BNCC, é necessário suplantar as limitações existentes no que diz respeito a busca por uma educação emancipatória.

CONCLUSÕES FINAIS /ENCAMINHAMENTOS FUTUROS

Os resultados preliminares encontrados apontam que a BNCC não traz competências gerais ou específicas que induzam de forma direta e clara a produção de um currículo marcado por uma intencionalidade educativa voltada à dimensão político-cultural. Como Bodart (2020) já havia destacado, isso ocorre por conta do viés neoliberal do documento. A partir dos resultados encontrados, indicamos a necessidade de que os

currículos produzidos nos estados não se limitem às competências presentes na BNCC, sob o risco de trazer prejuízos ao ensino, sobretudo ao ensino de Sociologia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Natália Regina de Educação para além da formação do trabalhador alienado. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/nspe2/15.pdf>. Acesso em 20.abril.2021.

BODART, Cristiano das Neves; FEIJÓ, Fernanda. As Ciências Sociais no currículo do ensino médio brasileiro. **Espaço do Currículo** (online), João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 219-234, maio/ago. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51194/30973>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

BODART, Cristiano das Neves. O ensino de Sociologia e a BNCC: Esboço teórico para pensar os objetivos educacionais e intencionalidades educativas na e para além das Competências. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 131-153, 2020. Disponível em: <<https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/298/198>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação é a base**. Brasília, Ministério da Educação, 2018.

CASTANHO, Maria Eugênia; CASTANHO, Sérgio E.M. Revisitando os objetivos da educação. In: VEIGA, Ilma P. Alencastro (Org.). **Didática: o ensino e suas relações**. 13o edição. Campinas: Papyrus, 1996. p. 53-76.

CASTANHO, Maria Eugênia. A dimensão intencional do ensino. In: VEIGA, Ilma P. Alencastro (Org.). **Lições de Didática**. Campinas: Papyrus, 2006. p. 35-66.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e TERRA, 2005.

Joana Paulin Romanowski. APRENDER: UMA AÇÃO INTERATIVA. In lições didática Didática

FORTUNA. Volnei. A relação teoria e prática na educação em freire. 2015. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES/article/view/1056>. Acesso em 08. maio. 2020.

LIBÂNIO, José Carlos. A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: A Teoria Histórico-cultural da Atividade e a contribuição de Vasili Davydov. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a01.pdf> .